

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA JUÍZA ELEITORAL RELATORA,
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL – TRE/RS:**

Recurso Eleitoral n.º 299-33.2012.6.21.0108

Procedência: SAPUCAIA DO SUL - RS (108ª ZONA ELEITORAL – SAPUCAIA DO SUL)

Relatora : DESA. ELAINE HARZHEIM MACEDO

Assunto: RECURSO ELEITORAL – AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL – CARGO – PREFEITO – CONDUTA VEDADA A AGENTE PÚBLICO – CONCURSO PÚBLICO – ABUSO – DE PODER POLÍTICO/AUTORIDADE – PEDIDO DE CASSAÇÃO DE REGISTRO – PREFEITO ABSOLVIDO EM 1º GRAU

Recorrente: PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE – PSOL DE SAPUCAIA DO SUL

Recorrido: VILMAR BALLIN

PARECER

RECURSO ELEITORAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. PEDIDO DE CASSAÇÃO DO REGISTRO/DIPLOMA. LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO ENTRE OS INTEGRANTES DA CHAPA MAJORITÁRIA. NULIDADE DA SENTENÇA. CITAÇÃO DO CANDIDATO A VICE-PREFEITO. ART. 47, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. 1. Considerando o princípio da indivisibilidade da chapa majoritária, o candidato a vice-prefeito deve figurar no polo passivo da demanda em que se postula a cassação do registro/diploma. **2.** Nos termos do art. 47 do CPC, a eficácia da sentença dependerá da citação de todos os litisconsortes no processo. ***Parecer pela anulação da sentença de ofício, para o fim de promover a citação do candidato a vice-prefeito e, assim, oportunizar a sua defesa, julgado prejudicado o recurso.***

I – RELATÓRIO

Os autos veiculam recurso eleitoral interposto pelo PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE – PSOL DE SAPUCAIA DO SUL contra sentença (fls. 185/188), que julgou improcedente o pedido, ao fundamento de não haver vedação legal para abertura de certame público a qualquer tempo em ano eleitoral, pois as condutas que são vedadas se referem à homologação do concurso no período que antecede o pleito e à nomeação de candidatos.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

Em suas razões de recurso (fls. 191/198), o partido representante sustenta que o objetivo da investigação judicial é demonstrar que o abuso de poder político está demonstrado pelas condições e características do concurso público aberto às vésperas do pleito, e não que o candidato à reeleição teria praticado conduta vedada. Aduz que nem todas as vagas indicadas no edital do concurso público existem, o que demonstra que tal ato visou apenas manipular a vontade do eleitor e beneficiar o candidato.

O recorrido apresentou contrarrazões às fls. 200/209 e, após, vieram os autos com vista à Procuradoria Regional Eleitoral.

II – FUNDAMENTAÇÃO

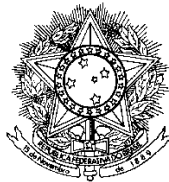
Trata-se de representação ajuizada pelo PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE – PSOL DE SAPUCAIA DO SUL para apuração de suposta prática de abuso de poder político pelo então candidato à reeleição ao cargo de prefeito VILMAR BALIN. Sustenta a exordial a prática de ato abusivo mediante a abertura de concurso público para preenchimento de vagas que não correspondem ao número de cargos existentes na administração pública a fim de angariar a simpatia e o voto do eleitorado.

Preliminarmente, impõe-se reconhecer de ofício a nulidade da sentença, diante da propositura de ação de investigação judicial eleitoral somente contra o candidato a prefeito, e não contra ambos os integrantes da chapa majoritária, os quais são litisconsortes passivos necessários diante da natureza da relação jurídica que exercem entre si.

O reconhecimento da nulidade do julgamento encontra amparo na inequívoca ofensa aos princípios da unicidade e indivisibilidade da chapa majoritária, insculpidos no artigo 91 do Código Eleitoral, *verbis*:

“Art. 91. O registro de candidatos a Presidente e Vice-Presidente, Governador e Vice-Governador, ou Prefeito e Vice-Prefeito far-se-á sempre em chapa única e indivisível, ainda que resulte a indicação de aliança de partidos.”

Logo, ainda que o fato narrado na inicial seja imputado somente ao candidato a prefeito, a inclusão do candidato a vice-prefeito no polo passivo da ação é impositiva, uma vez que da procedência da demanda poderá resultar lesão a seu patrimônio jurídico.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

Trata-se de litisconsórcio necessário, devendo o vice integrar todas as ações cujas decisões possam acarretar a cassação do registro, diploma ou mandato, segundo o atual entendimento jurisprudencial do E. Tribunal Superior Eleitoral, consagrado no julgamento do RCED 703 (DJE 24/03/2008) e reafirmado pela jurisprudência mais recente, como vemos:

“Investigação judicial. Abuso de poder. Conduta vedada. Decadência. 1. A jurisprudência está consolidada no sentido de que, nas ações eleitorais em que se cogita de cassação de registro, de diploma ou de mandato, há litisconsórcio passivo necessário entre os integrantes da chapa majoritária, considerada a possibilidade de ambos os integrantes serem afetados pela eficácia da decisão. 2. Ultrapassado o prazo para ajuizamento da demanda, não subsiste a possibilidade de emenda da inicial para inclusão do vice, em razão da caracterização da decadência. Agravo regimental não provido.” (TSE. Agravo Regimental em Recurso Especial Eleitoral nº 955944296, Relator(a) Min. ARNALDO VERSIANI LEITE SOARES, DJE 16/08/2011) (original sem grifos)

*“Eleições 2008. Cassação dos mandatos de prefeito e vice-prefeito por abuso de poder político. Corrupção. Ação de impugnação de mandato eletivo proposta tempestivamente apenas contra o prefeito. **Litisconsórcio necessário unitário entre prefeito e vice-prefeito. Mudança jurisprudencial do Tribunal Superior Eleitoral a ser observada para novos processos a partir de 3.6.2008.** Ação proposta em 22.12.2008. Impossibilidade de citação ex officio do vice-prefeito após o prazo decadencial da ação. Constituição da República, art. 14, § 10. Precedentes do Tribunal Superior Eleitoral. Inaplicabilidade do art. 16 da Constituição da República. Razoabilidade. Agravo regimental ao qual se nega provimento.”* (TSE. Agravo Regimental em Recurso Especial Eleitoral nº 462673364, Relator(a) Min. CÁRMEN LÚCIA ANTUNES ROCHA, DJE 28/3/2011) (original sem grifos)

Destaca-se que a doutrina ampara este entendimento, como bem demonstra o seguinte trecho extraído da obra de José Jairo Gomes¹:

“Assim, nas eleições majoritárias, sendo pedida cassação de registro de candidatura ou diploma em AIJE, há mister seja formado litisconsórcio

¹GOMES, José Jairo. *Direito Eleitoral*. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2011. p. 460/461.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

entre o titular e o vice. Trata-se de litisconsórcio unitário necessário.

Se a demanda for proposta apenas em face do titular da chapa majoritária, deverá o órgão judicial determinar 'ao autor que promova a citação de todos os litisconsortes necessários, dentro do prazo que assinar, sob pena de declarar extinto o processo' (CPC, art. 47, parágrafo único).

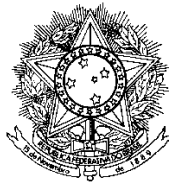
Ocorre que só é possível a emenda da petição inicial para incluir litisconsorte se tal ato se perfizer dentro do prazo para o ajuizamento da ação. Do contrário, em relação ao vice, esse prazo seria indevidamente estendido, o que significaria exercer um direito já fulminado pela decadência. (...). Por se tratar de litisconsórcio passivo unitário e necessário, o direito não é considerado exercido senão quando a ação é proposta (CPC, art. 262) em face de todos os litisconsortes. De sorte que o aditamento da petição fora do lapso legal com vistas à inclusão do vice no processo implica a extinção deste com julgamento do mérito por decadência (CPC, art. 269, IV) do direito de invocar a jurisdição. (...)." (original sem grifos)

Na mesma linha, o escólio de Edson de Resende Castro²:

"(...) Tudo porque a chapa é una e indivisível (art. 91 do CE), a qual será afetada como um todo com a decisão sancionatória desconstitutiva, desde que procedente a Investigação. E, se procedente a Investigação, qualquer que seja o momento da sentença, será cassado o registro ou diploma do candidato, exatamente em face do reconhecimento de que a lisura e a normalidade das eleições sofrem com a influência do abuso de poder (art. 22, XIV). (...). Corrompido o voto ao titular, também corrompido o voto dado ao vice ou suplente." (original sem grifos)

Ademais, entende-se que o vício não enseja a anulação de todo o processo a partir da citação, ante a ausência de efetivo prejuízo ao recorrido, que teve observada a garantia da ampla defesa e contraditório. Já quanto ao litisconsorte necessário, ao qual é permitido ratificar a defesa apresentada pela outra parte, bem como requerer outras provas que entender cabíveis, o que deverá ser garantido pelo juízo *a quo*, necessário seja promovida pelo representante, no prazo a ser designado pelo juiz, a sua citação, para que se veja processado com observância dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

²CASTRO, Edson de Resende. *Curso de Direito Eleitoral*. 6ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2012. p. 435.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

Tal medida visa a privilegiar os princípios da economia e celeridade processual, afastando o excesso de formalismo e evitando que supostas práticas de infrações eleitorais deixem de ser apuradas no tempo adequado, quando possível a obtenção de provas mais consistentes sobre os fatos, bem como a evitar a repetição de atos instrutórios que, até mesmo por terem sido realizados perante a defesa do recorrido, não podem gerar a presunção de prejuízo.

Gize-se que a citação do candidato a vice-prefeito deverá ser requerida com obediência ao prazo para propositura da ação de investigação judicial eleitoral, cujo termo final é a data da diplomação, expondo-se à decadência do direito de propor a ação.

Assim, não citado o vice-prefeito, litisconsorte passivo necessário, impõe-se a anulação da sentença para que o juízo de origem ordene ao representante, com urgência, que promova a citação do litisconsorte passivo necessário, nos termos do parágrafo único do artigo 47 do Código de Processo Civil³, sob pena de extinção do processo.

III – CONCLUSÃO

Em face do exposto, opina o Ministério Público Eleitoral pela anulação da sentença de ofício, para que o juízo de origem promova a citação do candidato a vice-prefeito, e, conseqüentemente, seja julgado prejudicado o recurso.

Porto Alegre, 26 de Outubro de 2012.

FÁBIO BENTO ALVES
Procurador Regional Eleitoral

C:\Arquivos de programas\Apache Software Foundation\Apache2.2\htdocs\sistemas\conversor_pdf\tmp\lg8jt9nfkak7qgi7oneto_29933_2012_147_121026153852.odt

³Art. 47. Há litisconsórcio necessário, quando, por disposição de lei ou pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir a lide de modo uniforme para todas as partes; caso em que a eficácia da sentença dependerá da citação de todos os litisconsortes no processo.

Parágrafo único. **O juiz ordenará ao autor que promova a citação de todos os litisconsortes necessários, dentro do prazo que assinar, sob pena de declarar extinto o processo.**” (original sem grifos)